

A LEPRA NO SERTÃO: A VISÃO DE TRÊS REGIONALISTAS

LEPROSY IN THE HINTERLAND “NARRATED” BY THREE REGIONALISTS

Roseli Martins Tristão Maciel¹
Veralúcia Pinheiro²

Endereço: Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas
(CCSEH), Av. Juscelino Kubitschek, nº 146 - Bairro Jundiá -
Anápolis-GO.
CEP: 75.110-390

Resumo: A proposta deste artigo é apresentar a lepra a partir das relações entre a literatura e a história visando trazer à tona as tramas tecidas por estes dois tipos de narrativas a respeito da percepção desta enfermidade por três escritores: Valdomiro Silveira (1975), Hugo de Carvalho Ramos (2003) e Bernardo Élis (1987), cujas produções se inscrevem no regionalismo, isto é, movimento literário que buscava evidenciar as influências sofridas pelo homem em relação ao meio ambiente e, simultaneamente, tratar de suas questões sociais.

Abstract: The purpose of this article is to present leprosy from the relations between literature and history aiming to bring to light the weaving woven by these two types of narratives about the perception of this disease by three writers: Valdomiro Silveira (1975), Hugo de Carvalho Ramos (2003) e Bernardo Élis (1987), whose narratives are inscribed in regionalism, that is, literary movement that sought to evidence the influences suffered by man in relation to the environment and at the same time deal with their social questions.

Palavras-chave: Lepra; Sertão; Regionalismo; História; Literatura.

Keywords: Leprosy; Field; Regionalism; History; Literature.

1 Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, docente na graduação do curso de História no Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas de Anápolis e no Programa de Pós Graduação Strictu Sensu Interdisciplinar: Territórios e Expressões Culturais do Cerrado – TECCER – Universidade Estadual de Goiás – UEG. Pesquisadora das áreas de História da Saúde e das Doenças e História e Literatura. E-mail: roselitristao@yahoo.com.br.

2 Doutora em Educação pela Unicamp/SP, docente na graduação no Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas de Anápolis e no Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias – PPG/IELT – Universidade Estadual de Goiás – UEG. Pesquisadora das áreas de violência, juventude, literatura e história. E-mail: veraluciapinheiro27@gmail.com.

Introdução

Este trabalho faz um diálogo entre a história e a literatura, campos de conhecimentos distintos e específicos que, a pesar disso, são próximos em vários aspectos. Enquanto a narrativa histórica tem compromisso com a verdade dos fatos e acontecimentos reais, a narrativa literária tem a liberdade de ser ambiciosa, de inventar, de criar e reordenar de todas as maneiras possíveis os enredos. Entretanto, conforme assinala Ginzburg³ entre as narrativas ficcionais e as históricas, há uma “contenda pela representação da realidade, [...] um conflito feito de desafios, empréstimos recíprocos, hibridismos” que deve ser considerado.

Para Chartier,⁴ a distinção entre História e literatura é tênue, pois: a primeira pretende realizar uma representação adequada do real que foi e não é mais, e a segunda, em todas as suas formas, “é um discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende abonar-se nele”. Segundo este autor, a literatura evidencia a força das representações do passado, deslocando para a ficção o registro de fatos, processos ou personagens históricos. Além disso, a literatura se apropria não só do passado, como também de documentos e das técnicas da disciplina histórica, como o dispositivo de criar o “efeito de realidade”.

Considerando tais assertivas, busca-se, aqui, demonstrar que os séculos de isolamento e estigmatização que atingiram os doentes de lepra disseminaram muitos estereótipos negativos, introjetados e reproduzidos a exaustão a ponto de sobreviverem no mundo contemporâneo e, esse processo, é testemunhado, tanto pela história, quanto pela literatura.

Chamamos atenção para a escrita não linear do texto, que mescla temporalidades diferentes extraídas dos escritos produzidos acerca da lepra, na perspectiva de compreender e esclarecer a dinâmica das relações sociais que são depositárias de valores e atitudes. Os episódios selecionados de cada conto, apesar de breves, são altamente simbólicos e por isso foram analisados conforme a proposta da metodologia de análise de conteúdo⁵ em que o pesquisador deve fugir da ilusão de perceber os dados como transparentes, uma vez que em hipótese alguma o resultado de uma investigação é óbvio à primeira vista.

Corroborando com a análise conteudística, o método dialético⁶, tem como objetivo reconstituir o real no pensamento. Tal reconstituição implica justamente em superar a ilusão que fica no nível da aparência, para então, descobrir a essência e sua

3 GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 8-9.

4 CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 27-28.

5 MINAYO, Maria Cecília de Souza, (org.); DESLANDE, Suely Ferreira e GOMES, Romeu. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012.

6 VIANA, Nildo. A Pesquisa em Representações Cotidianas. São Paulo: Chiado Editora, 2015.

manifestação concreta. Pois, embora o ponto de partida do pesquisador seja algo concreto em sua aparência, sua essência não se revela imediatamente e, para se chegar a ela, é preciso reflexão.

Tendo em vista tais ponderações, observamos que a representação literária da lepra não só se registra enquanto fenômeno real, mas também contribui para o processo de sua demonização simbólica e para a legitimação de preconceitos que se formam ao seu redor, um preconceito muitas vezes mais resistente e difícil de suprimir do que a própria doença.

E isso se desenvolve justamente pelo fato das questões religiosas estarem adjuntas à consciência social, sendo que, a ideia da predestinação cujo núcleo central se fundamenta na crença partícipe da história das ideias religiosas do cristianismo, de que alguns são escolhidos por Deus enquanto outros não o são. Logo, ao adquirir a lepra o indivíduo comprova que foi abandonado por Deus encontrando-se, portanto, próximo ao Demônio.

Esclarecemos também nossa opção por utilizar o termo lepra em razão do preconceito e terror que envolve essa doença milenar e que levou o governo brasileiro a modificar sua nomenclatura para hanseníase⁷. Além disso, existe na atual legislação federal sobre hanseníase, um documento que permite a utilização da terminologia lepra e seus derivados sob algumas circunstâncias. Trata-se da Portaria número 1.073/GM, de 26 de setembro de 2000, na qual está descrito que

sempre que se fizer necessário, visando à construção e reconstrução do conhecimento e devida compreensão do que é hanseníase, poderá ser feita sua relação com termos existentes na terminologia popular, adequando-a à clientela.⁸

Os construtos narrativos sobre o sofrimento dos leprosos, por muito tempo obscurecidos, evidenciam as posturas estigmatizantes, dentre as quais, tem destaque a exclusão social e isolamento compulsório que convergem para a violência de cunho moral, psicológica e desumanizadora. Ao longo da história, a partir de preceitos, ora religiosos ora jurídicos, justificaram que líderes e governantes exercessem poder de tutela sobre pessoas consideradas abjetas pela sociedade. Michel Foucault⁹ é um dos estudiosos que discorrem sobre o fato dos leprosos terem sido pessoas juridicamente rejeitadas no sentido estrito, “nas trevas exteriores”, pelo mundo medieval e moderno.

Michel Foucault,¹⁰ afirma que a loucura, a vadiagem, a delinquência e as doenças

70 termo Hanseníase foi cunhado pelo leprologista brasileiro Rotberg, cujo objetivo era livrar os portadores da doença do estigma milenar contido na palavra lepra. A nova nomenclatura, embora tenha sido aceita pela OMS na década de 1970, não foi adotada por nenhum outro país além do Brasil, onde seu uso tornou-se oficial em 1995 a partir da lei 9.020 de 23/03/1995.

8 BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria número 1.943, de 18 de outubro de 2001. Define a relação de doenças de notificação compulsória para todo o território nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 24 de outubro 2001. Seção 1, p.37, 2001.

9 FOUCAULT, Michel. Os Anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

10 FOUCAULT, Michel. História da Loucura. São Paulo: Perspectiva, 2004.

contagiosas tornavam-se uma questão para o Estado moderno e para a medicina por ser um empecilho para a manutenção da organização urbana. Esta instituição se encarregaria dos enfermos, loucos, prostitutas, órfãos, mendigos, dentre outros, enfermidades que, até então, eram custodiados pela caridade religiosa e outras vezes pela ação caridosa dos indivíduos.

Na Antiguidade, entretanto, as normas e leis referentes à conduta dos leprosos eram atributos exclusivos das religiões. No caso dos judeus, o sacerdote, que também exercia as funções de médico ou curandeiro era encarregado de identificar e diagnosticar a doença antes que fosse constatada e definida sua especificidade, e isso está registrado no Levítico, conforme segue abaixo:

E o sacerdote examinará, e eis que, se ela aparece mais funda que a pele, ou seu pêlo se tornou branco, o sacerdote o declarará por imundo; é praga da lepra que brotou da pústula. E o sacerdote vendo-a, e eis que nela não houver pêlo branco, nem estiver mais funda do que a pele, mas encolhida, então o sacerdote o declarará por imundo; praga é. Mas se a mancha parar no seu lugar, não se estendendo, inflamação da pústula é; o sacerdote, pois, o declarará por limpo.¹¹

O diagnóstico era dado somente após uma anamnese, que constituía em uma observação minuciosa dos sinais de lepra no corpo de em uma pessoa, tais como, manchas, úlceras, depressões cutâneas, pelos brancos, dentre outros. Quem a fazia eram os sacerdotes, que tinham a responsabilidade de diagnosticar o enfermo. Esta investigação, conforme as possibilidades rudimentares existentes na época, era limitada e imprecisa, mas consistia no exame de evidências de que dispunham para impedir que as pessoas fossem proscritas da sociedade de maneira irresponsável. Conforme Luciano Curi¹² “o Antigo Testamento evidencia que o princípio teocrático norteava a medicina em Israel e que os sacerdotes posicionavam-se então, como legítimos mediadores entre o doente e a vontade divina”.

Tanto a historiografia quanto algumas obras literárias trazem informações importantes sobre o passado dos leprosos. Desse modo, selecionamos três contos: de Valdomiro Silveira¹³, Camunhengue¹⁴ que faz parte da obra *Os Caboclos* cuja primeira edição é de 1920; Pelo Caiapó Velho¹⁵ de Hugo de Carvalho Ramos,¹⁶ é um dos contos

11 BÍBLIA SAGRADA. 1983. N.T. Mateus (13:20-23), 4ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes.

12 CURI, Luciano. “Defender os sãos e consolar os Lázarus – a lepra e o isolamento no Brasil 1935/1976”. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação/mestrado da UFUB, 2002, p.21.

13 Valdomiro Silveira nasceu em Cachoeira no Estado de São Paulo no ano de 1873. Foi escritor, jornalista, promotor público, político e contista regional. Como escritor dedicou-se a retratar o caboclo, suas tradições e costumes. Suas principais obras são: *Os Caboclos* (1920); *Nas serras e nas furnas* (1931) e *Mixuangos* (1937). Faleceu na cidade de Santos no ano de 1941. Fonte: www.ieb.usp.br/valdomiro-silveira/.

14 SILVEIRA, Valdomiro. *Os Caboclos*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

15 RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e boiadas*. Rio de Janeiro: Lacerda, 2003.

16 Hugo de Carvalho Ramos nasceu na Cidade de Goiás no ano de 1895. Iniciou-se cedo na carreira literária, seus contos mais famosos foram escritos na idade de 15 e 17 anos. Em 1916 matriculou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais no Rio de Janeiro. Em 1917 publicou *Tropas e Boiadas*, uma coletânea de contos de inspiração sertaneja¹⁶ que mereceu referências elogiosas da crítica nacional. Sofrendo de angústia e depressão cometeu suicídio no ano de 1920

que compõe a mais famosa obra desta autor, *Tropas e Boiadas* publicada pela primeira vez no ano de 1917 e as *Morféticas*,¹⁷ do livro de contos *Ermos e Gerais*, de 1944, com o qual Bernardo Élis¹⁸ inaugurou sua vida literária. A análise destes contos tem o intuito de desvendarmos parte do mundo social dos escritores e dos enfermos dessa doença, habitantes dos ermos sertanejos, nos finais do século XIX e primeira metade do século XX.

As diferentes formas narrativas foram tratadas como representações e memórias, “lugares mistos, híbridos e mutantes” onde se depositam as memórias, no sentido dado por Pierre Nora.¹⁹ E, ainda, conforme Paul Ricouer,²⁰ como lugares onde “se articulam as lembranças no plural e a memória no singular”. Com isso, procuramos ampliar o espectro de visão sobre a doença, enfatizando sua dimensão humana, para além das características biológicas sob as quais não se tem controle e, também, evidenciar que as diferenças são socialmente construídas e estabelecidas pelas relações de poder, cuja determinação fundamental concentra-se no Estado.

Destacamos, neste estudo, os excertos da obra dos escritores goianos, Bernardo Elis e Hugo de Carvalho Ramos e, ainda, do paulista Valdomiro Silveira por terem, cada um destes autores, escrito um conto cuja temática é a lepra. Hugo e Élis retratam, de forma ficcional, a lepra no sertão goiano do final do século XIX e primeira metade do século XX, momento em que as políticas de saúde pública para o combate à doença estavam sendo introduzidas no país. No período em que estas obras foram escritas a lepra já era doença de notificação compulsória pois era determinado pelas Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, criada na década de 1920.²¹ É importante destacar que o Estado de Goiás, juntamente com Minas Gerais, Piauí e Amazônia, são, ainda hoje, os lugares de maior incidência de casos de lepra no território brasileiro (SINAN).²² Segundo Euzenir Sarno,²³ pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, as condições econômicas e socioculturais precisam ser consideradas como estando relacionadas à contenção ou ao avanço da enfermidade.

A obra *Camunhengue*, de autoria de Valdomiro Silveira insere-se no mesmo período dos escritos de Bernardo Élis e de Hugo de Carvalho Ramos, porém, é ambientado na zona rural paulista. O conto faz parte da obra *Os Caboclos* na qual o autor procura representar os dramas dos sertanejos, também denominados caipiras que

na cidade do Rio de Janeiro. Fonte <https://www.dm.com.br/cultura/2017/06/cem-anos-de-tropas-e-boiadas-livro-de-hugo-de-carvalho-ramos.html>.

17 ÉLIS, Bernardo. *Obra reunidas*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1987.

18 Bernardo Elis nasceu em Corumbá no Estado de Goiás em 1915. Foi advogado, professor contista e romancista e descrevia a vida interior do rural e do cerrado com o uso intenso da linguagem regional. Sua obra mais importante é *O Tronco* publicado em 1956 e adaptado para o cinema em 1999. Faleceu no ano de 1997 na mesma cidade em que nasceu. Fonte: <http://www.academia.org.br/academicos/bernardo-elis/biografia>.

19 NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução: Yara AunKoury. In *Projeto história*. Revista do Programa de estudos de Pós Graduados em história e do Departamento de história da PUC, São Paulo, v. 10, p. 2-22, dez, 1993.

20 RICOUER, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François (et AL.). Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 108.

21 SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. *Filantropia, poder público e combate à lepra (1920-1945)*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 18, supl. I, dez, 2011.

22 SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

23 SARNO, Euzenir Nunes. *A hanseníase no laboratório*. *História, Ciência e Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.10 (suplemento, 1), p.277-290, 2003.

viviam no interior do Estado de São Paulo.

Segundo Hayden White,²⁴ uma narrativa ficcional apresenta elementos cotidianos da vida diária que, embora não tenha a legitimidade das narrativas históricas sobre o passado, está carregada de aspectos de experiências intimistas e, portanto, permite que a ficção seja compreendida. É exatamente o cotidiano da vida prática que os fragmentos selecionados dos contos de Valdomiro Silveira, Bernardo Elis e Hugo de Carvalho Ramos, revelam sobre a lepra.

Já às produções no gênero historiográfico selecionadas, para este estudo, foram: as que tratam da origem dos estigmas da lepra e isolamento de seus portadores na Antiguidade; as que abordam estes temas no Brasil do final do século XIX e início do século XX. O interesse pelo tema da lepra vem sendo objeto de estudo por parte de pesquisadores das mais diferentes áreas do conhecimento. As pesquisas desenvolvidas pelos historiadores da saúde e das doenças, no Brasil, tem se debruçado principalmente na questão dos estigmas e do imaginário em torno da doença e, também, do isolamento a que foram obrigados os leprosos no decorrer dos séculos.²⁵

A lepra na história brasileira

Em 1904, aconteceu a primeira grande Reforma Sanitária do país sob a responsabilidade de Oswaldo Cruz. Segundo Maria Letícia Eidt,²⁶

durante o I Congresso Sul Americano de Dermatologia e Sifilografia ocorrido na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1912, Emílio Ribas destacou a importância da notificação compulsória²⁷ de se tratar dos hansenianos com rigor científico, além do isolamento humanitário.

Segundo Hochman,²⁸ o processo de tornar a saúde responsabilidade pública e não mais individual deu-se em íntima relação com a construção do próprio Estado moderno, isto é, faz parte de um processo maior, ou seja, o da valorização da racionalidade, pelo qual passavam as sociedades da Europa ocidental no século XVIII.

24WHITE, Hayden. The practical past. *Historiein*. Vol. 10, p. 10-19, 2010. Disponível em: <https://ejournals.epublishing.ekt.gr/index.php/historein/article/view/2094/0/AbntCitationPlugin>. Acesso em 12/10/2017.

25 MACIEL, Laurinda Rosa. Em Proveito dos Sãos, perde o Lázaro a Liberdade – uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941 – 1962). 2007. 380p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ. CURI, Luciano. “Defender osãos e consolar os Lázaros – a lepra e o isolamento no Brasil 1935/1976”. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação/mestrado da UFUB, 2002. MELLAGI, André Gonçalves e MONTEIRO, Yara Nogueira. O Imaginário religioso de pacientes de hanseníase: um estudo comparativo entre ex-internos do asilo de São Paulo e os atuais portadores de hanseníase. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.489-504, abr/jun. 2009. SILVA, Leicy Francisca da. Eternos órfãos da saúde: medicina, política e a construção da lepra em Goiás (1830-1962). 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia-Go. MACIEL, Roseli Martins Tristão. De leprosários e preventórios a ‘hanseníase tem cura’: saldos de um passado que insiste em existir. 2014. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro-RJ.

26 EIDT, Letícia Maria. Ser hanseniano: sentimentos e vivências. *Revista Hansen*. São Paulo, v29, n.1, p.84, 2004.

27 Trata-se de prática ainda existente e consiste na comunicação obrigatória da ocorrência de determinadas doenças de agravo à saúde ou de risco de surto, feita às autoridades sanitárias por profissionais de saúde visando à adoção de medidas de intervenção pertinente (CETOLIN, S. F. et al, 2010, p.137-138).

28 HOCHMAN, Gilberto. A Era do Saneamento: as bases das políticas de saúde pública no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1998.

A relação da hanseníase com os agentes de poder, como foi dito anteriormente, remete aos tempos bíblicos, entretanto, seu controle por parte dos Estados Nacionais é bem recente. No Brasil, esse processo começou com o advento da Primeira República, mais precisamente, em 1915, com a criação da Comissão de Profilaxia da Lepra e do Departamento Nacional de Saúde Pública em 1929, conforme identificou a pesquisa de Laurinda Rosa Maciel.²⁹ Trata-se das primeiras ações do Estado durante a Primeira República sob a expansão da economia agroexportadora cafeeira, na primeira etapa de desenvolvimento capitalista brasileiro, de incipiente urbanização e desenvolvimento industrial.

As crescentes transformações político-sociais e a industrialização iniciada nos grandes centros urbanos brasileiros, principalmente, depois dos anos de 1920, produziram impacto na vida das camadas populacionais neles atuantes, isto é, das camadas urbanas. Nesse contexto é que foram implantadas as primeiras políticas profiláticas direcionadas à lepra, por meio da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública e da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas.

Dentre os problemas de saúde e as soluções que lhes foram conferidos, na Primeira República, destacam-se o combate e controle das endemias – a lepra foi uma delas – e as questões gerais de saneamento dos mais importantes núcleos urbanos. A questão da lepra, entretanto, fazia parte de um contexto mais abrangente, isto é, da atenção do governo voltada para o quadro nosológico, onde tinham destaque outras doenças de “massa”, como a malária; a esquistossomose, a verminose, a doença de Chagas, a tuberculose, o tracoma e a desnutrição. O enfoque dado à saúde adquiriu nova dimensão, uma vez que este grupo de doenças está intimamente relacionado com as condições de vida e de trabalho, questões fundamentais para a condição econômica e social características do Brasil à época, isto é, de incipiente urbanização e industrialização.³⁰

Foi criado um Conselho de Saúde Pública com os objetivos de organizar o Serviço Sanitário Terrestre da República, de estudar as principais doenças presentes nos diversos Estados do país e, também, de intervir para a prevenção e o combate das mesmas, inclusive da lepra. A partir de então, o poder público ficou encarregado de promover os mecanismos de acesso aos bens de saúde, em nome da defesa e do bem estar da coletividade. Entrementes, novos espaços foram construídos, fundamentados em conceitos da medicina e da microbiologia, sob o patrocínio dos estudiosos e cientistas, dentre eles, Oswaldo Cruz.³¹ O movimento sanitarista das décadas de 1910 e

29 MACIEL, Laurinda Rosa. Em Proveito dos Sãos, perde o Lázaro a Liberdade – uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941 – 1962). 2007. 380p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.

30 LUZ, Madei Therezinha. A Saúde e as Instituições no Brasil. In: GUIMARÃES, Reinaldo. Saúde e Medicina no Brasil: Contribuição para um debate. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

31 Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917) nasceu em São Luiz de Paraitinga, São Paulo. Em 1892 ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1891 publicou dois trabalhos pioneiros sobre microbiologia. Em 1892, com 20 anos, formou-se em medicina. Em 1899, foi encarregado de debelar o surto de peste bubônica que assolava o porto de Santos. A Fazenda Manguinhos, no Rio de Janeiro, foi escolhida para instalação do Instituto Soroterápico Nacional, para a fabricação do soro. Em 1902 Oswaldo Cruz assume a direção geral do Instituto, começa a ampliação e o transforma em um centro de pesquisas. Faleceu

1920 inaugurou o sistema de intervenção médico-estatal na vida privada do brasileiro. Esse movimento gerou descontentamento em grande parte da população, como é exemplificado pelo caso emblemático da Revolta da Vacina, estudada por Nicolau Sevckenko³² e por José Murilo de Carvalho.³³

Do movimento sanitarista fizeram parte às expedições científicas realizadas por Artur Neiva³⁴ e Belisário Pena³⁵ ao interior do país na década de 1910, que revelaram a triste e ignorada realidade do sertanejo e das doenças das quais eram vítimas, dentre elas, a lepra que era considerada como endemia rural.

O Estado, representado pela União, reconheceu a necessidade de intervir para a melhoria da saúde das populações interioranas e tentou expandir a Reforma Sanitária para as diversas regiões isoladas do país. No entanto, isso não se realizou porque, além da exiguidade de recursos das regiões e da insignificante ou inexistente contribuição federal, o pacto estabelecido pela política dos governadores tornava difícil, ao governo central, adentrar nos domínios de poder das diversas oligarquias regionais, de acordo com o clássico trabalho sobre o coronelismo no Brasil, de autoria de Victor Nunes Leal.³⁶

Em 1920, de acordo com a pesquisa de Marcos de Souza Queiroz³⁷ foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) por meio do Decreto 3.987/1920, visando a centralizar as ações de saúde no país. Simultaneamente, foi criada a primeira política específica de combate à lepra, a partir da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas, a qual teve atuação até o ano de 1934.

Carlos Chagas, ainda na década de 1920, elaborou o Regulamento Sanitário, mediante o qual a União realizou acordos com os Estados assinando contratos, nos quais se comprometiam com o cumprimento da legislação federal. A única exceção foi o Estado de São Paulo, que tinha um programa de regulamentação sanitária e de saúde próprias e viabilizados, inclusive uma política específica de combate e controle da endemia da lepra.

A Reforma Carlos Chagas de 1923, conforme Singer,³⁸ teve como principal

em Petrópolis em 1917. Fonte https://www.ebiografia.com/oswaldo_cruz/

32 SEVCENKO, Nicolau. A Revolta da Vacina. São Paulo. Brasiliense, (1984).

33 CARVALHO, José Murilo de. Cidadãos Ativos: a Revolta da Vacina. In: Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

34 Artur Neiva nasceu em Salvador no ano 1880 formou-se em medicina no Rio de Janeiro em 1903. Discípulo de Oswaldo Cruz, em 1906 passou a trabalhar no Instituto Soroterápico, transformado, em 1908, para Instituto Oswaldo Cruz onde chefiou trabalhos de profilaxia da malária. Em 1912, em companhia de Belisário Pena, percorreu vários estados brasileiros, desenvolvendo investigações das quais resultou, mais tarde, o relatório Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás (1916). Nomeado chefe de serviço do Instituto Oswaldo Cruz em 1919. Faleceu no Rio de Janeiro no ano de 1943. Fonte: cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NEIVA,%20Artur.pdf

35 Belisário Pena nasceu em Barbacena MG em 1868 e formou-se em medicina na Bahia em 1890. Em 1904, transferiu-se para o Rio de Janeiro e passou a trabalhar na Diretoria Geral de Saúde Pública. Colaborou no combate à febre amarela, malária e outras doenças em diversos pontos do território nacional. Em 1918, assumiu a direção do Serviço de Profilaxia Rural, recém-criado pelo presidente Venceslau Brás. Em 1920, foi nomeado diretor de saneamento rural do Departamento Nacional de Saúde. Em 1932, exonerou-se da direção do DNSP. Morreu no Rio de Janeiro, em 1939. Fonte: cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/belisario_pena

36 LEAL, Victor Nunes. Coronelismo Enxada e Voto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

37 QUEIROZ, Marcos de Souza. Hanseníase no Brasil: uma perspectiva histórica dos paradigmas e modelos institucionais de enfrentamento da doença. In: Ciências Sociais e para o ensino médico. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2000.

38 Apud BRAGA, José Carlos de Souza e PAULA, Sérgio Góes de. Saúde e Previdência: estudos de política social. São Paulo-SP: HUCITEC, 1986.

objetivo ampliar o atendimento à saúde para todo o território nacional e constituiu-se em importante elemento do movimento iniciado pela União na tentativa de centralizar seu poder, no interior de uma grave crise política.

O DNSP estabeleceu como sendo atribuições federais: o saneamento rural e urbano; a propaganda sanitária de higiene infantil, industrial e profissional; as atividades de supervisão e fiscalização de saúde, dos portos e do Distrito Federal; e, por último, o combate às endemias rurais, dentre elas, a lepra. Entretanto, as novas atribuições não foram colocadas em ação e os problemas sanitários, rural e urbano, bem como o combate às endemias, continuaram sob a responsabilidade dos poderes locais, estaduais e municipais.

As medidas para a institucionalização da questão da lepra no Brasil, durante a Primeira República, não podem ser analisadas sem que se considere o fato de que, simultaneamente, foram implantadas as primeiras medidas para o controle e regulamentação do mercado de trabalho que afetava diretamente os leprosos. Em relação a isso, é interessante mostrar o que determinava um dos itens do Decreto 3.987/1920 da Inspeção de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas: a proibição do doente de lepra de exercer profissões ou atividades que colocassem em risco a saúde da população, ou de exercer qualquer profissão que o levasse a estabelecer contato direto com as pessoas, segundo as informações de Queiroz e Puntel.³⁹

A lepra na literatura

A literatura ficcional representa a lepra coerente ao que está explícito na cultura e no imaginário social, bem como, de acordo com as abordagens tradicionais da historiografia oficial. Portanto, conforme a época em que uma obra literária foi criada ela expressa as ideias e visões do período a respeito da doença e do doente, envolta pela contaminação simbólica, isto é, os estigmas, o pavor do isolamento e das consequências biológicas sintomáticas da mesma.

Trata-se de uma herança cultural que vem desde a Antiguidade e que pode ser ilustrada pela concepção judaica e sua percepção de ser a lepra um castigo divino. Conforme já foi dito anteriormente, a palavra que designava a doença lepra, na *Torá*, ou Antigo Testamento, era *tsara'há*.⁴⁰

A interpretação da doença como castigo divino aparece no imaginário de outras sociedades da Antiguidade. Susan Sontag⁴¹ demonstra que no mundo grego antigo, muitas vezes a doença foi retratada como instrumento da ira divina. A autora cita como exemplos a peste que Apolo, no Canto I da *Ilíada*, inflige aos aqueus em castigo por

39 QUEIROZ, M. S. e PUNTEL, M. A. A Endemia Hansênica: uma perspectiva multidisciplinar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

40 BÍBLIA SAGRADA. 1983. N.T. Mateus versículos 45- 46. 4ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes.

41 SONTAG, Susan. Doença como Metáfora: a AIDS e suas metáforas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Agamêmnon ter raptado a filha de *Crises*; a peste que ataca Tebas, em *Édipo*, em razão da presença contagiosa do rei pecador ou a uma pessoa específica, a ferida no pé de *Filoctetes* S. Sontag.⁴² Em outra passagem, esta autora afirma que

na *Iliada* e na *Odisséia*, a doença ocorre como um castigo sobrenatural, como uma possessão demoníaca e como resultado de causas naturais. Para os gregos, a doença podia ser gratuita ou podia ser merecida (por causa de uma falta pessoal, de uma transgressão coletiva, ou de um crime cometido por um ancestral.

S. Sontag, em sua obra *A doença como metáfora*,⁴³ analisa a condição da doença e do doente como um contraponto estético na literatura. A autora considera que, algumas doenças são mascaradas e seus portadores se tornam alvo de preconceitos em decorrência de metáforas construídas para designarem, a eles e as suas enfermidades. As doenças consideradas como exemplos de contraponto estético literário, por S. Sontag, são a tuberculose e o câncer.

Ao estabelecer comparação sobre a maneira como o câncer e a tuberculose são abordados na literatura, Sontag esclarece que a segunda enfermidade foi emblemática para a difusão do romantismo literário, o que fez com que seus aspectos biológicos característicos e negativos fossem metamorfoseados em elementos estéticos positivos que se cristalizaram e passaram a identificar todo um contexto histórico e artístico porque, segundo ela,

(...) Durante mais de cem anos, a tuberculose permaneceu como a forma preferida de dar sentido à morte – uma enfermidade sofisticada, edificante. A literatura do século XX está atulhada de descrições de mortes beatíficas, sem medo e quase sem sintomas, causadas pela tuberculose, sobretudo com pessoas jovens, como Evinha em *A Cabana do Pai Tomás*, e Paul, o filho de Dombey, em *Dombey and son*, e Smike em *Nicholas Nickleby*, em que Dickens se referiu à tuberculose como a “enfermidade medonha” que “depura” a morte (...).⁴⁴

A partir destes estudos de Susan Sontag, é possível perceber que a literatura mundial, ao longo dos séculos, por meio da divulgação de metáforas negativas, corroborou para a difusão dos estigmas sobre a hanseníase e, portanto, para que as pessoas, por ela acometidas, os manipulassem. Chegamos a esta constatação ao observarmos que, ao contrário de outras doenças, na literatura, a hanseníase foi mais difundida, constituindo-se, quase sempre como temática quando a questão estética tem

42 IDEM, p. 39-42.

43 SONTAG, Susan. *A Doença como Metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

44 IDEM, p. 21

como finalidade exacerbar o grotesco.

As metáforas para a lepra, criadas pela literatura correspondem aos construtos estigmatizantes. Está, portanto, conforme a análise de E. Goffman⁴⁵ a respeito do estigma, isto é, como um, elemento, traço subjetivo que é capaz de impor a determinado indivíduo uma espécie de atenção que o afasta, e impede que seus outros atributos possíveis de atenção positiva, sejam ignorados. Nas palavras do autor,

um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus.⁴⁶

A citação acima é bastante pertinente no que se refere a lepra, pois o estigma nada mais é do que a evidência de que uma pessoa tem atributos diferentes das demais, o que faz com que ela deixe de ser considerada criatura comum e total, reduzindo-lhe a condição de ser imperfeito e diminuto. Essa é a característica do estigma, segundo E. Goffman, principalmente quando o efeito de descrédito lançado à pessoa é muito grande por constituir uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social real.

De modo que, segundo Melo,⁴⁷ construímos um modelo de indivíduo, porém em nossas experiências na vida social nem sempre é imperceptível à imagem social do indivíduo que construímos; tal imagem pode não se adequar à realidade, mas ao que Goffman cunhou de uma identidade social virtual. São os atributos nomeados como identidade social real, que de fato, pode demonstrar a que categorias o indivíduo pertence.

Camunhenge de Valdomiro Silveira

Não é nosso objetivo nesse estudo estabelecer discussões aprofundadas sobre o regionalismo no Brasil, as poucas referências que trazemos visam tão somente situar o leitor não especialista no campo da literatura. Trata-se de um movimento de fins do século XIX e começo do século XX cuja tendência era evidenciar as influências sofridas pelo homem em relação ao meio ambiente e, simultaneamente, tratar de suas questões sociais. Isso aparece de forma enfática na obra *Os sertões* de Euclides da Cunha.

Segundo Albertina Vicentini,⁴⁸ o regionalismo sofreu influência do naturalismo

45 GOFFMAN, Erving. *Estigmas-Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

46 IDEM, p. 7

47 MELO, Zélia Maria de. *Os Estigmas: a deterioração da identidade*. UNICAP, 2005. Disponível em: <<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/estigmas.pdf>>. Acesso em: 18/04/2013.

48 VICENTINI, Albertina. *O Regionalismo de Hugo de Carvalho Ramos*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

e possibilitou denunciar as mazelas dos habitantes do mundo rural que eram esquecidos e relegados pelo poder republicano, o que gerou a denúncia social de escritores como Hugo de Carvalho Ramos e Bernardo Élis. E, nós acrescentamos Valdomiro Silveira.

Na sua obra, *Os Caboclos*⁴⁹, o autor apresenta o conto *Camunhengue*, que na linguagem do sertão, à época em que o autor escreveu, significava leproso. A narrativa é sobre a vida de um sertanejo, o Zeca Estevo, que a certa altura da vida contraiu a temida “morféia”.

Coerente com as características da literatura regionalista, o conto de Silveira apresenta o fantástico, o horror, o insólito. Sendo assim, a representação da lepra é grotesca e aterrorizante transformando a vida bucólica de um homem do campo que, até aquele momento, vivia tranquilo com sua esposa e seus dois filhos pequenos.

A confirmação da enfermidade foi dada por um curandeiro da região em que Zeca habitava. O tratamento prescrito foi o consumo de carnes de caças, entretantes, Silveira conduz a passagem de forma a deixar claro, para o leitor, o fato de que tanto o doente, quanto o curandeiro sabem que a lepra era doença sem cura.

Em seguida, no retorno para casa, Zeca Estevo vai mergulhado em pensamentos tristes e de desolação rememorando sua mocidade, o carinho e afeto recíproco entre ele e sua mulher. O leproso evoca seus filhos pequenos, seu amor por eles, tudo isso apresentado como um consolo frente à enfermidade horripilante.

Entretanto, a volta para o lar encarrega-se de desmontar os pensamentos e sentimentos idílicos de Zeca. Logo ele se confronta com a dura realidade de carregar consigo uma doença estigmatizada. De forma gradativa, à medida e na proporção que sua doença vai se agravando e os seus sintomas ficando evidentes, sua mulher vai lhe abandonando e afastando seus filhos. Zeca percebe sua condição apesar das desculpas e sutilezas com as quais sua companheira tenta disfarçar seu distanciamento. Aos poucos, ela deixa o leito conjugal, porém, sua maior agonia foi ver que seu filho caçula, o qual ele dizia ser “a menina dos seus olhos”,⁵⁰ o evitava. A mudança na percepção que Zeca tinha, até então, de sua vida, bem como sua índole, doce e pacata, mudam radicalmente. Ele torna-se um homem revoltado e desiludido.

Pelo Caiapó Velho (Hugo de Carvalho Ramos) e As Morféticas (Bernardo Élis)

No contexto histórico que Hugo de Carvalho narra em seus contos aparece os movimentos de comitivas de tropeiros que transportavam mercadorias, gado e

49 SILVEIRA, Valdomiro. *Os Caboclos*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

50 *Idem*, p. 57

alimentos pelo interior do Brasil, muitas vezes fazendo uma ligação entre o litoral e o sertão. Seu célebre conto “Pelo Caiapó Velho”⁵¹ praticamente nos transporta para o sertão goiano.

A escolha deste conto se deve ao fato de que nele, além da lepra se apresentar como tema central existe evidências de traços da realidade que marcam o cotidiano do sertão brasileiro, característica comum aos escritores regionalistas, pois segundo Nelson Werneck Sodré,⁵²

Hugo de Carvalho Ramos figura o sertão com alguns vigorosos traços. Nos contos goianos de Tropas e Boiadas, as personagens absorvem inteiramente a paisagem, e vivem os problemas autênticos da região. E Hugo de Carvalho Ramos leva a autenticidade aos limites do libelo, pintando algumas cenas violentas. O lado humano é o que interessa a esse ficcionista áspero, cru em seus tons dramáticos, denunciando claramente a presença de muito mais do que o quadro físico nas suas histórias.

O conto de Hugo de Carvalho Ramos narra à vida de um homem que se perde em meio às trevas do sertão goiano até encontrar uma casa onde decide dormir e se alimentar mesmo sem encontrar seu morador, o que acaba por acontecer durante a noite.

A obra foi escrita na década de 1920, entretanto reporta a segunda metade do século XIX, portanto, é possível afirmar que a representação da lepra e da leprosa feita pelo autor está de acordo com dois contextos históricos diferentes, qual seja: 1868 e 1869 data em que o personagem narrador afirma ter acontecido o fato; 1916 e 1917 datas da produção e publicação do conto. Assim observamos no conto: “– quando foi isto, Marinho? Em meados de 1868 ou 69... do ano da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo...”⁵³.

Diz Martinho que entre 1868 e 1869, em uma noite escura na qual “trovoada e relâmpago eram que nem roqueira e foguete de São João”⁵⁴, ele se perdera pelo sertão de Mato Grosso até ser acolhido por uma moradora da região. Durante o percurso, vagando pelo sertão até o momento em que encontra pousada, Martinho descreve em pormenores o espaço hostil e assombroso, conforme atestamos no excerto:

E naquele vira-tem-mão do taquaral esconjurado, a cabeça zanzou logo à toa, e ele perdera o roteiro. Tocou então sem rumo certo, na fiúza do faro de podengo do macho frontaberta; este não duvidou torcer mão direita, quebrar por um trilho de bicho do mato, e vir esbarrar num bebedouro de

51 RAMOS, Hugo de Carvalho. Tropas e boiadas. Rio de Janeiro: Lacerda, 2003.

52 SODRÉ, Nelson Werneck. História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, p. 414.

53 RAMOS, Hugo de Carvalho. Tropas e boiadas. Rio de Janeiro: Lacerda, 2003, p. 183.

54 IDEM, p. 184

animais, atolado no pantanal – um mundão de lameiro, de sapo e pernilongo.

No casebre que acolhe Martinho a senhora que o recebe oferece-lhe comida, descanso e pouso: [...] deitei e adormeci – quase sem assuntar – no jirau da mulher, mesmo em seus braços, que julgava roliços e macios, mas que eram lisos e escorregadios como bagre fora d’água, beijando suas bochechas carnudas e empapuçadas.

Ao amanhecer,

[...] a fala sumiça da dona chamou-me de dentro:

– O café!

Entrei, mas voltei atrás sarapantado. Pela porta aberta, as primeiras estriadas do sol davam-lhe de testa nas bochechas rosadas da véspera e nas mãos que seguravam a tigelinha de barro amarelo, onde fumegava uma infusão escura e gosmenta: – O café! Outra longa e irritada estremeção correu pelo corpo do caburé, sacudindo-o dos pés encravados nas chilenas ressoantes à grenha hirsuta, assanhada, como as cerdas de porco-espim acuado, e salpicado aqui e acolá de fios brancos – violentamente. O cabra, batendo o isqueiro e chupando grosso, emudecera. – Mas, Martinho...

– Patrãozinho – e o sertanejo cuspiu forte para ambas as bandas da estrada – das bochechas e beiços arregaçados num vermelhão de apodrecido da rapariga, corria visguenta e fétida por entre uns tocos de dentes amarelos – patrãozinho – uma baba de empestado... Os dedos da mão, não os havia... E como inquirisse admirado, regougou noutro acesso de asco: – Macutena, patrãozinho, macutena...

Martinho nota que das bochechas carnudas

“[...] corria visguenta e fétida por entre uns tocos de dentes amarelos – patrãozinho – uma baba de empestado... Os dedos da mão, não os havia...”

Martinho, então, percebe que a senhora carregava o vírus da hanseníase, porém ressaltado pelo linguajar próprio do sertão: “Macutena, patrãozinho, macutena”.⁵⁵

Na passagem acima, há referências diretas ao conteúdo dos capítulos 13 e 14 do Levítico, os quais descrevem a lepra e as características físicas deformadas de quem a contrai. Ou seja, revela a percepção da lepra a partir dos efeitos da doença no corpo físico e apresenta todas as características mais marcantes e aterrorizantes da patologia, isto é, o apodrecimento e consequente perda de membros, bem como, o perigo de contágio.

Alguns fragmentos do conto de Hugo de Carvalho Ramos, acima citado,

55 IDEM, p. 185-187

confirmam as concepções e as práticas da época em torno da lepra e dos leprosos cuja gênese encontra-se no imaginário religioso da Antiguidade, bem como, na Idade Média evidenciando a reprodução de tais estigmas ao longo dos séculos.

Outra obra literária regionalista, também, produzida no século XX que nos possibilita reconhecer o contexto estigmatizante da lepra, tal qual citado acima é o conto *A Morfética* do escritor goiano Bernardo Élis. Para o historiador Ítalo Tronca, este conto demonstra uma face vingadora do leproso, como se este precisasse atacar os sãos pelo mal que o acometeu.

Segundo Ítalo Tronca,⁵⁶ a história é narrada por uma pessoa que se viu sozinha nos ermos dos sertões de Goiás após o caminhão em que viajava estragar e o motorista se retirar para buscar ajuda. Ao avistar um rancho, estando ele com fome, frio e sede, resolveu abandonar o veículo e ir até lá. O rancho estava vazio mas com mesa posta com várias e apetitosas iguarias, ele resolve servir-se e logo após descansa numa rede e entrega-se a devaneios sensuais, acreditando que entraria pelo lugar uma mulher linda, virgem e sensual que se despiria e se ofereceria para ele. Entrementes, ele acordou pela força de braços que o seguravam com raiva e,

(...) bocas fedorentas me mordiam as pernas, o rosto os braços. Na luta, agarrei fortemente um rosto. Pelo tato, senti que corria dele um pus grosso que me sujou a mão: - será que é baba?

Notei mais que o rosto não tinha nariz e estava cheio de calombos e poronós.

Minha vista se acomodou ao escuro e pude divisar vultos que se moviam; tentavam segurar-me e os seus braços se agitavam em gestos trôpegos, fantásticos. Tentei abrir a porta do rancho; felizmente cedeu. Então me lembrou a lanterna elétrica do boso: foquei os vultos.

Eis o que vi: quatro espectros vestidos de xadrez, apalermados ante a luz forte. Tinham as faces encaroçadas, as orelhas inchadas, tumefactas, uns tocos de dedos retorcidos e engelhados, o crânio pelado e purulento. Principiaram a conversa entre si. A voz saía fanhosa, fina, soprada pelo nariz. Uma voz nojenta, leprosa (...).

Segundo Tronca,

(...) o escritor regionalista Bernardo Élis, no conto *A Morfética*, cria um enredo em que os recursos estéticos na clave do grotesco mascaram o sentimento de humilhação, num contraponto entre a doença e a sexualidade feminina como núcleo dramático. (...) Nessa narrativa, os excessos estilísticos, carregados de grotesco e de repulsivo, disfarçam,

56 Sobre humilhações clássicas e muitas quase anônimas. Anais do XVII Encontro Regional de História - O lugar da História - ANPUH, São Paulo, set., 2004.

talvez, o inexpresso, o que está sendo dito nas entrelinhas. Ou seja, a humilhação feminina [as personagens doentes são mulheres] escamoteadas através da sexualidade exacerbada pela doença.⁵⁷

Aí temos outro aspecto estigmatizante da hanseníase, ou seja, sua relação com o pecado original, concepção introduzida pela religião judaica e que está diretamente relacionada a ideia de castigo divino. O conto de Élis serve de exemplo para demonstrar o quanto essas percepções sobreviveram ao tempo, e são parte de um passado histórico bem recente, se não atual, uma vez que o conto foi escrito no século XX, por um escritor cuja influência literária está pautada nos princípios modernistas.

Trata-se de dois contos onde as personagens leprosas simbolizam o oposto da pureza e normalidade. A lepra era doença incurável até aquele momento e provocava – e ainda provoca – deformações físicas assustadoras que além de comprometer as funções biológicas e motoras se contrapõem aos padrões vigentes de saúde, higiene e beleza, impostos e aceitos socialmente. Além disso, era doença reconhecida e considerada como sendo transmissível e altamente contagiosa que, potencialmente, tendia a ser difundida para um número incomensurável de pessoas o que, por si só, constituía-se um enorme desafio à medicina, ao Estado e à sociedade em relação não apenas à questão da saúde, como também a toda estrutura e organização social, como um todo.

As mensagens que estão contidas nos textos, isto é, as narrativas apresentam a doença e os doentes com as palavras que comumente eram utilizadas, no século XIX, para definí-los: horripilantes, medonhos, abjetos, dentre outras.

Até por volta do século XIII, na Europa, portadores da doença eram retirados à força de suas casas, perdiam bens, identidade e passavam a ser conhecidos apenas como leprosos. Também conhecida como morféia, a lepra era tida como a pior doença do período medieval por carregar uma herança hebraica relacionada com uma contaminação espiritual. Portanto, mais do que um doente físico, o leproso era considerado um doente espiritual, alguém perigoso por transgredir duas vezes a ordem da sacralidade do corpo. Tal fato se alinha aos estudos de Mary Douglas⁵⁸ quando a autora compara a pureza do corpo e a pureza religiosa em diferentes sociedades e épocas.

O Brasil das primeiras décadas do século XX, país onde viveram os literatos Ramos e Élis (objeto de nossa análise) passava nesse período, por importantes transformações econômicas e sociais. Com o desenvolvimento e avanço do capitalismo internacional, sob a forma imperialista, o país ia se transformando gradativamente de uma economia totalmente agroexportadora para uma incipiente e tímida industrialização que trouxe certo desenvolvimento urbano, junto à ideia de progresso

57 IDEM, p.8

58 DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo. São Paulo: Perspectiva, 1991.

que atingiram os principais centros urbanos, isto é, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

O interior rural do país era percebido pelos intelectuais como sertão, enquanto seus habitantes eram considerados primitivos, irracionais, tradicionais e afeitos às credences e mistérios cultivados por pessoas que, aos olhos do progresso e da modernidade não evoluíram. A este respeito Alfredo Bosi⁵⁹ explica que:

Em Euclides, em Lobato, em Hilário Tácito, em Lima Barreto, no primeiro Graça Aranha, tematizam-se as oposições campo/cidade, branco/mestiço, rico/pobre, cosmopolita/brasileiro, imigrante/nacional... variam no tempo e no espaço as incidências dessas tensões: os desequilíbrios dizem respeito ora a problemas regionais, que acabam envolvendo o poder central, ora à estrutura mesma da sociedade, feita de classes e grupos de status que integram de modo assimétrico e injusto o sistema da nação.

Na interpretação de Bóris Fausto,⁶⁰ no início do século XX, sob os desígnios da Primeira República, o Brasil ainda era predominantemente agrícola – percentualmente o setor estava acima do setor industrial. As obras ora analisadas foram produzidas neste contexto histórico. Elas retratam, portanto, a época da Primeira República, um país recentemente introduzido no cenário capitalista internacional, sob a expansão da economia agroexportadora cafeeira, etapa inicial do desenvolvimento capitalista brasileiro, de incipiente urbanização e industrialização.

Os problemas de combate e prevenção da endemia lepra, na época, eram tratados de maneira parcial por meio dos diferentes mecanismos de controle social em ação na sociedade brasileira. Desde os primeiros anos do século XX, os gastos com a polícia e as prisões eram o dobro do investido em saúde pública. Segundo Rosen,⁶¹ na segunda metade do século XVIII o interesse pela saúde como tema de política pública teve início, quando se forjou o conceito de polícia médica, em uma nova fase de desenvolvimento. A criação da polícia de saúde não pretendia outra coisa senão excluir e, sempre que possível, exterminar os que ameaçavam a paz da elite e do projeto eugênico de progresso do país, qual seja, de superar o “atraso” do país em relação aos “países civilizados”. Desse modo, a regulamentação administrativa de uma polícia médica rapidamente ganhou popularidade. De acordo com José Murilo de Carvalho,⁶² era preciso esconder um povo que “não se enquadrava nos padrões europeus nem pelo comportamento político, nem pela cultura, nem pela maneira de morar, nem pela cara”.

Trata-se da interpretação sobre o Brasil por parte de uma *intelligentsia* que,

59 BOSI, Alfredo. As Letras na Primeira República. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. Rio de Janeiro, 1990, p. 296.

60 FAUSTO, Boris. História concisa do Brasil. São Paulo: Edusp, 2011, p. 159.

61 ROSEN, George. Uma história da saúde pública. São Paulo: Unesp, 1994, p.133.

62 CARVALHO, José Murilo de. Cidadãos Ativos: a Revolta da Vacina. In: Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 182.

conforme a análise de Nísia Trindade Lima⁶³ demonstra sobre as vias de modernidade abertas à sociedade brasileira em que estão presentes, o papel da terra em diferentes modalidades de imaginação social, do mundo rústico, da violência e da política, das relações entre nação e região ou campo e cidade, do interior e litoral. Para a autora, a dualidade litoral/sertão representa uma matriz constitutiva da imaginação social sobre o país em diferentes momentos, linguagens e níveis.

Neste contexto, a doença significava degradação, imoralidade e subversão, era considerada não só um mal físico, mas a deterioração da alma, da raça, traduzida nos mais variados vícios: alcoolismo, promiscuidade sexual, negligência dos deveres paternos, vadiagem, crime, baderna anarquista. Doenças físicas, hábitos tidos como viciosos e sentimentos de revolta eram todos postos sob o mesmo rótulo de patologia.⁶⁴

Os problemas sociais dos finais do século XIX e começo do século XX brasileiro não se fizeram tão-somente de adesão ao determinismo biológico ou ao positivismo, mas também de contestação dessas ideias e de análises do país a partir de outras referências teóricas e narrativas, no caso presente, a literatura de ficção. A literatura regionalista de Euclides da Cunha, Hugo de Carvalho Ramos e Bernardo Élis, examinam as mazelas do país a partir de outros ângulos, denunciando a existência humana nos sertões do país, marcada pela ruralização acentuada, de exílio de brancos para os centros produtivos, de fraca atividade produtiva e comercial.

Considerações Finais

Como se verificou ao longo desse estudo, as obras analisadas trouxeram muitas evidências do peso que os estigmas da lepra agregam aos seus portadores, sejam do presente ou dos séculos passados, pois, os contos dramatizam a vida dos leprosos ao apresentar as diferentes formas de representação social desta enfermidade que gera estigmas de todo tipo. Isto está de acordo com uma das características do regionalismo/naturalismo que buscava dar conta do cotidiano, dos afazeres, costumes, paisagens, folclore, crenças, valores e superstições e dos males que afligiam o sertanejo.

A lepra é uma doença carregada de significação e, conforme Sontag, nada é mais punitivo do que dar um significado à doença. Indiscutivelmente, esse significado tem um sentido moral. Toda enfermidade que cause deformidades, degenerações físicas e seja contagiosa costuma ser percebida como punição sendo, por isso mesmo, carregada de significados. Assim, os sintomas e manifestações físicas identificam-se diretamente com a doença e geram um profundo terror. A doença em si, torna-se, então, uma metáfora que passa a ser utilizada para outras coisas aterrorizantes.

63 LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

64 RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar - a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Foi possível evidenciar o quanto da estética do absurdo prenunciada por Carvalho Ramos e Bernardo Élis não estão presentes na obra de Valdomiro Silveira. Em Camunhenge a narrativa é lírica na representação do personagem e do cotidiano sertanejo simplório. Os traumas, em consequência da lepra, desagregaram a família sertaneja, distanciando esta narrativa da estética do absurdo, do terror e do grotesco que orienta os contos de Bernardo Élis e de Hugo de Carvalho Ramos ao tratarem da doença.

A narrativa de Silveira, também, é humanizada em relação aos outros dois autores. A lepra é apresentada a partir do drama de um Zeca afetivo, amoroso apesar de que o “desejo de absoluta solidão o tomava, mesclado de raiva dos homens e desamor dos seus”⁶⁵, quando se viu abandonado pela esposa e evitado pelos filhos.

A aproximação entre história e literatura, no caso deste estudo, tem como finalidade divulgar uma das dimensões não biológicas da lepra que é, entretanto, responsável pelo aumento da carga de sofrimento dos sujeitos que são acometidos por ela. Assim, acreditamos que as representações da lepra na literatura elucidam o fato de que a realidade simbólica das doenças são dimensões vitais que extrapolam o organismo biológico daqueles que a contraem.

Recebido em 25 de abril de 2018.

Aprovado em 19 de junho de 2018.

65 SILVEIRA, Valdomiro. Os Caboclos. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 56.